

**ATA DA CENTÉSIMA DECIMA SETIMA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA.**

No dia quatorze de junho às dezesseis horas deu-se inicio a Cerimônia de Lançamento Oficial do Programa Pró-Conselho Brasil pelo Sr. Presidente do Conanda Nilmário Miranda e pelo Presidente da Telemig Celular João Cox Neto. A mesa de abertura foi composta pelo Presidente do Conanda, Presidente da Telemig Celular, pelo Secretário Executivo da Telemig, pelo representante do Fórum Nacional DCA e pelo representante do Unicef. Os Presidentes do Conanda e da Telemig fizeram uso da palavra para enaltecerem a importância da parceria para o fortalecimento do sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes, no que tange a Conselhos de Direitos, Tutelares e Fundos. Como parte da Comemoração foi apresentado o Grupo de Danças Meninos de Araçuaí, do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento Grupo Ponto de Partida que interpretou musicas do folclore mineiro. No dia quinze às nove horas e trinta minutos no Auditório Tancredo Neves – MJ deu-se inicio a Centésima Décima Sétima Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda presidida pelo Sr. Vice-Presidente José Fernando da Silva, Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. Presentes os conselheiros titulares Simone Mariano da Rocha, Associação Nacional de Magistrados e Promotores de Justiça; Elisabete Borgianni, Conselho Federal de Serviço Social; Maria Izabel da Silva, Central Única dos Trabalhadores; Rachel Niskier Sanchez, Sociedade Brasileira de Pediatria; Marta Marília Tonin, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Maria das Graças Fonseca Cruz, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Laura Nazareth Azevedo Rossetti, Federação Nacional das APAE's; Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Beatriz Hobold, Pastoral da Criança – Organização de Ação Social da CNBB; Solimar dos Santos Amaro, União Brasileira de Educação e Ensino; Miguel Angel Cal Gonzáles, Conselho Federal de Psicologia; Welinton Pereira da Silva, Visão Mundial; Nilmário Miranda, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Moises Ataidés, Ministério da Educação; José Luis Gonzaga de Oliveira, Ministério da Justiça e Cristina de Fátima Guimarães, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Estiveram presentes também os conselheiros governamentais suplentes que assumiram a titularidade nesta Assembléia: Antonia Puertas Jimenez, Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Christiano Sávio Figueirôa, Ministério das Relações Exteriores; Thereza de Lamare Franco Netto, Ministério da Saúde; Meyre Françe Ferreira Leão, Ministério do Esporte; Lúcia Nery Fonseca Granjeiro, Ministério da Fazenda; Margarida Munguba Cardoso, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; Silvana Márcia Veloso de Castro, Ministério do Trabalho e Emprego e Mario Mamede, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Tendo em vista a ausência justificada do representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil foi convocado a assumir a titularidade o conselheiro representante da Confederação Geral dos Trabalhadores pelo motivo do mesmo já encontrar-se presente no recinto. Presente ainda a conselheira não governamental suplente Maria de Lourdes Alves Rodrigues, Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente. Iniciando os trabalhos o Vice-Presidente submeteu a pauta à plenária tendo a mesma sido aprovada por todos. Foi ainda aprovada com correções pertinentes a Ata da Centésima décima quinta Assembléia Ordinária. Quanto à Ata da Centésim décima sexta Assembléia a mesma não fora apresentada pela Secretaria Executiva, ficando a sua aprovação para a próxima Assembléia. **Apresentação do Relatório alternativo do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente a ser enviado à ONU e do Relatório Brasil dos Direitos da Criança e do Adolescente a ser apresentado em Genebra pelo Ministério das Relações Exteriores.** A mesa foi composta pelos Srs. Renato Roseno de Oliveira, da Anced; Vicente Falqueto, Fórum Nacional DCA; Christiano Sávio Figueirôa, Ministério das Relações Exteriores e Mauricio Correia de Mello do Ministério Público do Trabalho. O conselheiro Christiano fez uma breve explanação dos procedimentos para o envio do Relatório de Governo apresentado em Genebra na semana anterior e esclareceu que o Brasil é parte do processo desde o ano de um mil novecentos e noventa e por vários motivos ainda não enviou o Relatório, estando com um atraso de dez anos. Salientou que no ano de dois mil e dois foi criado um Comitê de Redação composto pelo Itamarati, MEC, SEDH, Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e Conanda. O Conselheiro esclareceu que fora agendado para o dia 14/09/2004 a apresentação Oficial do Relatório de Brasil e da Sociedade Civil e caso haja

novo atraso o mesmo não será mais aceito. O Comitê da ONU já designou dois peritos para o Relatório do Brasil sendo os mesmos da Argentina e da Itália. O conselheiro solicitou a atualização dos dados do Relatório até o final de julho para posteriormente encaminhá-lo ao Itamarati. Finalizando, informou que no ano de dois mil e seis serão apresentados relatórios oficiais sobre violência armada e pornografia infantil. O Sr. Vicente Falqueto falou do atraso do envio do Relatório e da Pré-Sessão havida antes da entrega oficial do mesmo. Enfatizou que para elaboração do Relatório da Sociedade Civil o Fórum contou com a participação da Associação Nacional dos Centros de Defesa – Anced e dos Fóruns Estaduais. O Sr. Renato Roseno de Oliveira, Coordenador da Anced esclareceu ser de fundamental importância entender o papel do Estado brasileiro nas Convenções e Tratados Internacionais, sendo o Brasil um dos primeiros a ratificar a Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em seguida fez uma retrospectiva de como a sociedade civil se inseriu no processo. Ressaltou que a sociedade civil decidiu não emitir juízo de valor sobre o Relatório, mas destacar critérios e consubstanciar suas informações no Banco de Dados do Brasil. O Sr. Renato destacou alguns pontos importantes abordados na metodologia de trabalho e ressaltou a importância de se definir o monitoramento do Relatório. Salientou que o Brasil vem defendendo o Estatuto da Criança e do Adolescente com tenacidade, porém, apresentou dados estatísticos preocupantes sobre violação dos direitos de crianças e adolescentes. Finalizando, destacou que o relatório da sociedade civil não é uma disputa, mas uma compreensão e uma contribuição aos direitos humanos, bem como apresentar à sociedade brasileira e em especial, aos movimentos de defesa da criança e do adolescente os avanços e retrocessos da situação infanto-juvenil do país, nos últimos 10 anos. A conselheira Elisabete parabenizou os palestrantes pelas suas falas, ressaltando que a dívida social do Brasil não é com a ONU mas sim um fato interno do Brasil e que o governo federal está dando novos rumos neste sentido. A conselheira considerou os dados apresentados preocupantes para a questão do rebaixamento da idade penal. O Presidente Nilmário Miranda destacou que a política de governo é para apresentar o Relatório, bem como colocar em dia todos os Relatórios da ONU e da OEA por considerar importante para o país. Abordou a questão da disparidade dos números sobre o trabalho infantil e que a posição do governo é continuar avançando na erradicação do trabalho infantil. O Vice-Presidente agradeceu a participação dos palestrantes pelas relevantes informações prestadas. **Discussão sobre Trabalho Infantil Doméstico e Convenção 182 da OIT:** Foram convidados para compor a mesa, o Sr. Renato Mendes representante da OIT, o Sr. José Adelar Cuty do Ministério do Trabalho e Emprego e o Sr. Mauricio Correia de Mello representando o Ministério Público do Trabalho. Foi exposto aos convidados o objetivo deste debate: conhecer o posicionamento dos órgãos acerca da definição do trabalho doméstico de adolescente de dezesseis a dezoito anos como pior forma de trabalho infantil. O Sr. Renato esclareceu a questão da dualidade dos dados referentes ao trabalho infantil apresentados em Genebra e o Dr. Mauricio apresentou dados estatísticos contidos no Relatório Final da Comissão de Estudos sobre Trabalho Infantil, incluindo o trabalho infantil doméstico, enfocando as Convenções 138 e 182 da OIT. Para Dr. Mauricio a erradicação do trabalho infantil doméstico, como as outras formas de trabalho infantil, exigem um esforço de diversos setores do Estado e da Sociedade Civil Organizada. Também informou que o Ministério Público do Trabalho se posiciona favorável a inclusão do trabalho doméstico de adolescentes de 16 a 18 anos como “pior forma” pelo seu caráter invisível, de difícil fiscalização e devido aos riscos a moral, à saúde e segurança dos trabalhadores e trabalhadoras adolescentes. O conselheiro José Adelar Cuty informou que o Ministério do Trabalho e Emprego não tem posição fechada sobre a inclusão do trabalho doméstico de adolescentes de dezesseis anos a dezoito anos como “pior forma” e informou que o mesmo pretende convidar os diversos segmentos do governo para um posicionamento único em relação ao trabalho infantil doméstico, devendo emitir nota conjunta MTE/MDS sobre o assunto. A conselheira Maria Izabel trouxe informações dos debates realizados no âmbito da Cetid, sendo que cada órgão ficou responsável por fazer o debate e levar posicionamento para a próxima reunião. Esclareceu também que há consenso de que o trabalho doméstico para crianças e adolescentes com idade inferior aos dezesseis anos deve ser erradicado, pois nem mesmo como “trabalho aprendiz” é possível considerá-lo. O que está em discussão, portanto, é o trabalho desenvolvido por adolescentes de dezesseis anos à dezoito anos. Sabe-se entretanto, das dificuldades de fiscalizar esse tipo de trabalho devido a inviolabilidade do lar.

Neste sentido, tem surgido algumas propostas de que se indique quais seriam as atividades no trabalho doméstico que por sua natureza é perigoso, insalubre e penoso, e que, portanto, não deve ser executado por trabalhadores dessa faixa etária. No entanto, persiste a dificuldade relativa a fiscalização. A conselheira ressaltou também que o Conanda precisa se posicionar em relação ao artigo duzentos e quarenta e oito do ECA e propor modificações no mesmo. Foram levantados vários questionamentos no tocante ao trabalho infantil doméstico tanto pelos palestrantes como por alguns conselheiros mais envolvidos com a temática, considerando a necessidade de aprofundar o debate sobre o tema. O Vice Presidente agradeceu a participação dos palestrantes e propôs que cada Comissão Temática fizesse um estudo sobre os relatórios apresentados. **Trabalho das Comissões Temáticas.** No período da tarde as Comissões se reuniram para tratar de assuntos pertinentes as suas áreas de atuação. **Relato dos Trabalhos das Comissões Temáticas** - No segundo dia da Assembléia foram apresentados os relatos dos trabalhos conforme segue: **1 – Comissão de Orçamento e Finanças / Medidas Socioeducativas** – Pontos abordados a) Projeto de Lei de Execução das Medidas Socioeducativas – O Assessor Francisco fez o relato dos trabalhos da Oficina, ressaltando que até o dia trinta de junho será feita uma revisão da versão final e no dia oito de julho haverá nova reunião para discussão dessa versão; b) Projetos para a implementação do sistema de garantia de direitos nos Estados da Região Norte e Estado do Piauí – o Sr. Francisco fez o relato dos andamentos dos projetos destacando a situação de cada um deles e as dificuldades encontradas. O Sr. Amarildo informou sobre a formalização dos Convênios da SPDCA com os Estados e Municípios até o dia trinta de junho e que na próxima Assembléia apresentará relatório à Comissão. Acrescentou ainda que os Conselhos Estaduais e Distrital estão sendo informados sobre os Convênios firmados. O Sr. Paulo Marques apresentou proposta do Comitê de Monitoramento aos seis Estados integrantes do sistema e sobre as providências adotadas em relação à denúncia recebida referente a construção da Unidade de Internação de Porto Velho – RO com recursos do FNCA. **d) Análise de Projetos** – foi relatado os encaminhamentos em relação aos Projetos que não foram analisados na assembléia anterior. Naquela Assembléia ficou deliberado que a Comissão realizaria reunião no dia dezoito de maio para analisar os projetos, sendo acordado que seriam analisados apenas os projetos governamentais, tendo em vista o prazo legal para as formalidades de convênio ficou também delegado à Comissão o poder para aprovação dos referidos projetos que seriam analisados, trazendo os informes das deliberações para esta assembléia. Segue abaixo a relação dos projetos aprovados. A Sra. Graça Bibas fez a apresentação dos Projetos relacionados ao Programa de Promoção e Defesa / Sipia. **Deliberação:** a) implantação e implementação do Sipia Modulo I em cinquenta municípios do Estado da Bahia; b) ampliação e implementação do Modulo I do Sipia em setenta e seis Municípios do Estado do Mato Grosso do Sul; c) implantação do Modulo I do Sipia em treze Estados do Amapá; d) suplementação de recursos para ampliar a implantação do Sipia em vinte municípios do Estado do Ceará; e) ampliação e implementação do Modulo I do Sipia em trezentos municípios do Estado do Paraná; f) ampliação e implementação do Modulo I do Sipia em cinquenta e um municípios do Estado do Rio de Janeiro; g) implantação do Modulo I do Sipia em vinte municípios do Estado do Rio Grande do Sul; h) suplementação de recursos para ampliação e implementação do Sipia em vinte municípios do Estado de Santa Catarina; i) implantação e implementação do Modulo I do Sipia em sessenta municípios do Estado de Sergipe; j) implantação do Modulo I do Sipia nos trinta e quatro Conselhos Tutelares do município de São Paulo. **Programa de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescente.** A Sra. Elisabete Leitão fez a apresentação dos Projetos relativos ao programa afeto a sua área de atuação. **Deliberação:** Foram deliberados os seguintes projetos: a) viabilizar equipamentos para o Complexo de Atendimento à Criança e Adolescentes Vitimas de Violência Sexual – Fortaleza-CE; b) crianças e adolescentes em Situação de Risco/ Geração de Renda como Alternativa de Prevenção à Exploração Sexual/ Fundep/ Município do Vale do Jequetinhonha; c) Projeto Olho Vivo / Diocese de Rondonópolis; d) Prevenindo e Combatendo o Abuso Sexual / Piauí – PI Observação: Este Projeto foi aprovado com a garantia de que haja uma ação conjunta para o seu acompanhamento: d) serviço de atendimento especializado para mulheres, crianças e adolescentes no Centro de Perícias Científicas “ Renato Chaves” – Pará; e) Plano de Atendimento Integrado a Criança e o Adolescente. Equipamento e Capacitação / Prefeitura Municipal de Corumbá / Mato Grosso do Sul; f) Direitos

Humanos: Uma Política Pública contra a vulnerabilidade de crianças e adolescentes vítima de abuso e exploração sexual / Unifem. **Programa de Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes** – O Sr. Alberto apresentou os projetos relacionados à essa área de atuação prestando os esclarecimentos necessários. **Deliberação** - Foram aprovados os seguintes projetos: a) Escola Interativa / CIPÓ / Bahia (atender dezesseis escolas); a) Fundação MDC/Minas Gerais – MG; b) Grêmios em Forma/Sou da Paz – São Paulo para promover o protagonismo juvenil em cinquenta escolas municipais; c) Premio Educar para a Igualdade Racial / concurso nacional / Ceert; d) Paz nas Escolas – Consórcio Intermunicipal do Grande ABC Paulista (Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Com relação ao Projeto Escola de Conselhos foi acordado que o mesmo seria tratado por ocasião da discussão da proposta de capacitação. Foi informado que na próxima reunião da Comissão serão analisados os projetos de ONG's, devendo a SPDCA encaminhar a relação dos mesmos com antecedência; e) elaboração dos parâmetros pedagógicos e arquitetônicos – O Sr. Paulo Marques fez um breve relato dos trabalhos realizados, alegando a necessidade de prorrogar o prazo para sua conclusão. Sugeriu que seja realizada nova reunião no dia nove de julho para discussão do documento e formulação de novo cronograma de trabalho para apresentação final na Assembléia do mês de setembro; f) critérios e requisitos para aprovação de projetos - foi proposto retomar os trabalhos de análise dos critérios e requisitos para aprovação de projetos, sugerindo um prazo de vinte dias para que os conselheiros apresentassem suas sugestões a serem submetidas na Assembléia do mês de julho. 2 – **Comissão de Políticas Públicas.** Os assuntos tratados nesta Comissão foram: a) reunião com o Sistema S, Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego sobre o trabalho aprendiz – A reunião foi realizada no dia quatorze de junho para discutir as dificuldades encontrada pelo Sistema S no cumprimento da legislação sobre o trabalho aprendiz e os encaminhamentos pertinentes; b) oficina sobre o trabalho aprendiz – foi proposta alteração da data do evento para os dias nove e dez de agosto por motivos operacionais – **Deliberação** – A Secretaria Executiva deverá apresentar proposta contendo os procedimentos necessários à viabilização do evento, além de agrupar os principais pontos a serem discutidos; a conselheira Maria Izabel deverá apresentar proposta de programação a ser discutida na próxima plenária. Foi informado também o público alvo a ser convidado para o evento tendo sido aprovado a proposta da comissão e a proposta da plenária para inclusão da Fundação Abrinq, Fundação Ethos, SEDH/PR, Petrobrás, Fórum Colegiado Nacional dos Conselhos Tutelares, CIEE e Unicef na lista do Público alvo para participar da oficina nacional; c) oficina sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a infância e adolescência indígenas – Foi proposto alterar a data da oficina agendada para o mês de julho, ficando o conselheiro José Fernando de apresentar uma proposta de programação na próxima plenária; d) oficina sobre PL's e PEC's em tramitação no Congresso Nacional – Não foi possível realizar a reunião do Grupo de Trabalho para organização da mesma prevista para o dia quatorze de junho. Ficou definido marcar reunião do GT na próxima Assembléia, quando então será proposta nova data para a oficina. **Deliberação** – A Secretaria Executiva deverá convidar representantes do Unicef, Inesc, Fórum Nacional DCA e Frente Parlamentar; e) crianças e adolescentes quilombolas – Foi proposto realizar reunião com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial – Seppir no dia treze de julho para elaboração de agenda de trabalho conjunta. **Deliberação** – A Secretaria Executiva deverá convidar representantes da Seppir e do Unicef para a referida reunião e providenciar cópia do Relatório do Seminário sobre Quilombolas; f) Articulação com o Conade – deverá ser agendada reunião com representantes daquele Conselho para o dia quatorze de julho para tratar de assuntos referentes a crianças e adolescentes deficientes; g) trabalho infantil doméstico - Foi proposto realizar na próxima reunião da Comissão discussão e encaminhamentos ao documento elaborado no Encontro de Trabalhadores Domésticos realizado no exercício de dois mil e três e à Carta de Cartagena. **Deliberação** – Em relação a inclusão do trabalho doméstico executado por adolescentes de dezesseis a dezoito anos, ficou definido que é necessário aprofundar o debate sobre o tema, inclusive verificando a definição de atividades que não podem ser executadas por trabalhadores nesta faixa etária. A conselheira Maria Izabel ficou responsável pelo encaminhamento de textos sobre o tema para subsidiar as discussões e posterior definição pelo Conanda. **Documentos recebidos:** a) manifestação sobre o ataque ao idealizador da Marcha Global Contra o Trabalho Infantil – **Encaminhamento:** Enviar correspondência de apoio aos

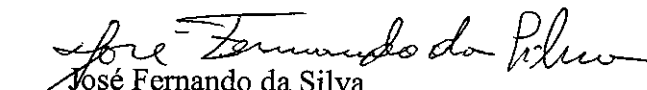
órgãos competentes situados na Índia, bem como para a Embaixada da Índia no Brasil; b) recebimento de documento do Sr. Bruno Fernandez Bezerra sobre regulamentação da participação profissional de crianças e adolescentes na mídia escrita, falada e televisionada. **Encaminhamento** – Em virtude desse assunto ser matéria de pauta da Conaeti, propôs encaminhar o referido documento àquela Comissão para subsidiar o debate e notificar o interessado sobre os encaminhamentos efetuados; c) recebimento de documento da Sra. Genilma Boecher de São Bernardo do Campo/SP, solicitando ajuda para resgatar seus filhos que foram levados para o Paraguai pelo seu ex-marido, sem permissão, visto que a mãe é quem tem a guarda dos filhos. **Encaminhamento:** repassar a correspondência para a Autoridade Central / Adoção Internacional/ SEDH para verificar a possibilidade de ajuda. Informar à interessada sobre as providências adotadas; d) recebimento de e-mail do Sr. Benjamim Zwoelfer de Farias, solicitando ajuda, pelas ameaças por ter denunciado uma quadrilha de pornografia infanto-juvenil, em Santa Catarina. **Encaminhamento:** Enviar documento ao Ministério da Justiça / Departamento de Direitos Humanos da Política Federal para as providências cabíveis e notificar o interessado sobre os encaminhamentos adotados; e) recebimento de documento da Comissão de Legislação sobre a PEC Nº 45/03 que insere novos parágrafos no artigo duzentos e doze instituindo o Fundo Nacional da Educação Infantil e Fundos Municipais para atendimento de crianças e adolescentes até três anos de idade. **Encaminhamento:** A Comissão irá discutir o assunto na sua próxima reunião. 3 – **Comissão de Legislação e Regulamentação:** A Comissão tratou da oficina sobre Projetos de Lei em andamento no Congresso Nacional mediante levantamento preliminar efetivado pelo conselheiro José Luis Gonzada e pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude do Rio Grande do Sul e considerou inviável a realização de oficina neste mês de junho, em virtude da necessidade de prévia análise e compilação dos inúmeros projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional. **Deliberação:** após o debate foi deliberado reunião conjunta das Comissões de Legislação e Regulamentação e Políticas Públicas no dia treze de julho, com a participação do Unicef, Inesc, Fórum Nacional DCA e Frente Parlamentar. No tocante ao Regimento Interno do Conanda, a Comissão, em razão da recente publicação do Decreto Nº 5089/04 e tendo em vista a necessidade de adequação de parte do Regimento, decidiu que os membros daquela Comissão apresentarão sugestões na próxima Assembléia, solicitando que os demais conselheiros encaminhem sugestões à Secretaria Executiva até o dia trinta de junho de dois mil quatro e que a Secretaria agregue as sugestões recebidas. A Comissão apreciou a Proposta de Emenda à Constituição Nº 45, de 2003 e propôs apoiar a referida PEC, aguardando a aprovação formal da Comissão de Constituição e Justiça do Congresso Nacional para dar início as articulações de apoio político-institucional à matéria, comunicando-se, via ofício ao Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio Grande do Sul. A Comissão recebeu pedido de consulta sobre o uso da área interna de Condomínio para lazer de crianças e adolescentes, tendo sido designado a conselheira Simone para elaborar parecer sobre o assunto. No que tange ao Projeto de lei de Adoção a Comissão entendeu que deve dar prioridade ao mesmo, acompanhando par e passo as discussões do assunto pela Frente Parlamentar e apresentar parecer à plenária do mês de agosto. **Deliberação:** a) foi deliberado que haja debate interno na próxima plenária do Conselho e que seja convidado o Sr. Alexandre Reis do Comitê Intersetorial do Ministério do Desenvolvimento Social que também trata da questão sobre Abrigos; b) repassar novamente o Projeto aos conselheiros via correio. Com relação à consulta pelo CEDICA-RS, acerca do artigo terceiro do Estatuto do Idoso, que assegura prioridade absoluta ao atendimento das questões afetas àquele público, a comissão apresentou parecer elaborado pela SPDCA, no sentido de “considerar que a prioridade para o idoso deve ser compreendida como relativa ou seja, subordinada à prioridade absoluta para a criança e o adolescente” e sugere a sua ratificação pelo Conanda. **Deliberação** – A plenária propôs aprofundar o devido parecer para aprovação na próxima plenária. A Comissão recebeu mensagem eletrônica da Pastoral do Menor, questionando acerca do PL Nº 444/04, apensado ao PL 3362/00, tendo sido designado o conselheiro José Luis para parecer. Por fim, considerando a demanda de trabalho da Comissão e a falta de quadro técnico especializado, foi postulado em razão da natureza das atribuições, da grande demanda de expedientes (pareceres jurídicos e acompanhamentos legislativos) que a SEDH envie esforços pela urgência alocação de dois assessores jurídicos para auxiliarem nos trabalhos dessa Comissão. **Deliberação:** O Vice-Presidente

propôs discutir o assunto no dia dezessete de junho. 4 – **Comissão de Articulação e Comunicação** - A Comissão apresentou o relato dos pontos que seguem – **Resultados do II Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares:** A coordenadora de Formação do FCNCT Sra. Márcia Pereira da Silva apresentou o resultado do Congresso e agradeceu o apoio do Conanda, reconhecendo como fundamental para a realização do evento, bem como a oportunidade de apresentar os resultados dos trabalhos. Desculpou-se por alguns problemas de comunicação com o Conanda havidos por ocasião do evento. Ressaltou que muitas das recomendações que resultaram do Congresso coincidem com as prioridades do Conanda e manifestou o desejo de aprimorar a articulação do Fórum com este Conselho, em prol dos direitos da criança e do adolescente. Ressaltou ainda a importância da capacitação adequada para conselheiros tutelares e da regulamentação da função de Conselheiro Tutelar no Marco da Resolução Nº 75 do Conanda. Os membros da Comissão agradeceram a iniciativa do Fórum apresentar os resultados do Congresso ao Conanda e elogiaram o pedido de desculpas pelas falhas havidas. Salientaram que as conclusões do Fórum em suas linhas gerais convergem com os debates do Conanda e manifestaram a importância de que o Conselho Tutelar já dispunha de conhecimento básico à sua função e à realidade do seu município desde a própria candidatura, mas enfatizaram preocupação com os projetos que desvirtuam o espírito da função de conselheiros, como a proposta de se exigir curso superior. Sobre a regulamentação da função, a Comissão concordou com a importância do encaminhamento do tema, para a garantia dos direitos sociais dos conselheiros, mas manifestou preocupação com a defesa em certos setores dessa regulamentação como algo equivalente a “categoria profissional”, o que também desvirtuaria o papel inovador e especial dos conselheiros tutelares no sistema de garantia de direitos. A Comissão concordou ainda com a necessidade de maior articulação do Conanda com o Fórum e de estabelecimento de canais de comunicação, o que poderia ocorrer, por exemplo, pela participação nas Assembléias do Conanda, pela articulação do Conanda junto aos Conselhos Estaduais para que também ampliem sua articulação com o Fórum, pela participação do Fórum nos debates do Conanda sobre o Plano de Fortalecimento do SGD, especialmente no que tange aos Conselhos Tutelares. A Comissão se comprometeu levar as questões levantadas à Comissão de Legislação para exame dos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional sobre a função do Conselheiro Tutelar. A representante do Fórum informou que não tinha conhecimento dos projetos que se encontram no Congresso Nacional e que é desejo do Fórum discutir o assunto com o Conanda, garantindo que nenhum projeto saíra daquele colegiado sem o aval do Conanda. O Vice-Presidente salientou que o Conanda financiou integralmente o evento e sequer fora convidado para a abertura oficial do mesmo. A Comissão esclareceu que o pedido de desculpas do Fórum foi um gesto nobre e que neste sentido a mesma sentiu-se gratificada pela construção conjunta de um novo caminho para o fortalecimento do SDG. A Sra. Márcia ressaltou que o Fórum é um órgão novo e que os erros havidos fossem atribuídos às pessoas e não ao órgão. Para ela os erros ocorreram pela falta de experiência dos seus integrantes. O Vice-Presidente considerou importante a participação do Fórum mas reafirmou que há necessidade de haver unidade na coordenação do mesmo. **VII Encontro de Articulação do Conanda com os Conselhos de Direitos Distrital, Estaduais e Municipais (das capitais) e Conselhos Tutelares:** A Comissão apresentou proposta de programação e metodologia, bem como a indicação de nomes para a mesa de abertura e facilitadores para os grupos de trabalhos. **Deliberação:** a) foi aprovado os nomes dos Srs. Renato Roseno de Oliveira e Benedito Rodrigues da Silva para a mesa de abertura, quanto aos facilitadores deverão ser definidos até o dia vinte e um de junho; b) será realizada reunião extraordinária da Comissão no dia cinco de julho à tarde e no dia seis o dia todo, com a participação do Coordenador dos Trabalhos de Grupo Sr. Mario Volpi e da Sra. Alison, ambos do Unicef para aprofundarem a discussão sobre o SGD; c) enviar Ofício aos Conselhos Estaduais dos Direitos informando data do evento. c) **Parceria com a Fundação Telefônica** – encontra-se em análise o Termo de Parceria para a posterior deliberação pela plenária do Conselho: **IX Conferência Nacional dos Direitos Humanos:** A Comissão propôs recomendar à Conferência Nacional dos Direitos Humanos: a) participação de representantes da área dos direitos da criança e do adolescente no Conselho Nacional dos Direitos Humanos; b) articulação do Sistema Nacional dos Direitos Humanos com os demais sistemas setoriais, de educação e saúde etc, direitos da criança e do adolescente e de medidas socioeducativas; c) Prioridade, pelo Sistema Nacional de Direitos Humanos,



para as diretrizes e parâmetros para aplicação de medidas socioeducativas nas linhas que serão apresentadas pelo Conanda com vista à plena implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente. **Fórum de Ética e Cidadania** – A Comissão indicou o nome da conselheira Laura Rossetti para representar o Conanda no Fórum de Ética e Cidadania a ser realizado no dia vinte e quatro de julho na cidade de Belém-PA: **Conferência Nacional dos Direitos da Mulher** – A Comissão sugeriu o nome da conselheira Maria Izabel, porém, por falta de agenda da referida conselheira foi aprovado o nome da conselheira Maria de Lourdes para representar o Conanda. Foi aprovado ainda solicitar àquele Conselho a condição de convidado tendo em vista as interfaces entre os dois Conselhos. **Comunicação** - A Comissão informou já ter recebido vários Planos Estaduais de Comunicação, porém, ainda não havia tido tempo para análise dos mesmos, bem como o Projeto Rede Jovem. **Grupo Consultivo Pró-Conselho** – Foram indicados os nomes dos conselheiros Maria das Graças, Maria de Lourdes, Moises e Marcos para participarem do Grupo Consultivo. Prosseguindo, o Vice-Presidente mediante as propostas apresentados pelas quatro Comissões sobre os 14 Anos do Estatuto, submeteu as mesmas à plenária tendo sido aprovada a programação que segue: 1) Solicitar ao Banco do Brasil e Caixa mensagem alusiva à data nos extratos bancários; 2) Carta Aberta à População enfocando pontos positivos sobre a aplicação do Estatuto; 3) Realização de Comissão Geral (Sessão Solene na Câmara dos Deputados); 4) Lançamento Oficial da Portaria da Saúde sobre atendimento ao adolescente infrator em unidades de internação; 6) Carta aos Conselhos Estaduais para mobilização nas Unidades Federadas no dia 13 de julho em comemoração aos 14 Anos do Estatuto; 7) Recomendar ao Ministério da Cultura incluir nos seus eventos ou eventos aprovados por ele os 14 Anos do Estatuto. Com relação aos participantes da Conferência Nacional dos Direitos Humanos foram indicados os conselheiros Julia, Welinton, Miguel e Christiano para participarem do evento. **Redefinição das Comissões:** O Vice-Presidente informou que os conselheiros Miguel e Elisabete integrarão a Comissão de Articulação e Comunicação e o conselheiro Welinton integrará a Comissão de Orçamento e Finanças. **Informes:** 1) A conselheira Elisabete informou que o principal acusado pelo Grupo de Trabalho que tratou da questão do extermínio em São Pulo fugiu da prisão e está colocando em risco a vida das pessoas, principalmente os adolescentes envolvidos. A conselheira Simone complementou que está representando o Conanda na Comissão do CDDPH para formulação do relatório de políticas e que posteriormente será entregue ao Conanda. A conselheira Maria das Graças informou que em Minas Gerais não foi criada Comissão para tratar da questão do extermínio de adolescentes e que o assunto está só com o Delegado e o Promotor de Justiça criando dificuldades para os encaminhamentos. Ainda sobre extermínio o Sr. Tarcizio fez um breve relato sobre a chacina ocorrida pelo grupo de extermínio na cidade de Esmeralda –MG. A conselheira Elisabete sugeriu que se criasse Grupo de Trabalho para atuar e que houvesse uma mobilização do Ministério Público. No caso de São Paulo a conselheira sugeriu que o Conanda enviasse ofício ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, solicitando as providências quanto a captura e punição do fugitivo. Foi atribuído à conselheira a elaboração do ofício. O Vice-Presidente propôs que o Conanda junto com o CDDPH constituíssem Comissão através de Ato formal e que fosse dada publicidade sobre o mesmo; 2) O Sr. Paulo Marques apresentou a nova Presidente do FONACRIAD, Sra. Jane Aline Kuhn representante da FASE-RS; 3) O Sr. Tarcizio informou o início da marcha sobre o Trabalho Infantil, na cidade de Porto Alegre e que a mesma irá percorrer todos os Estados. Ressaltou que os Estados apresentarão seus dossiês e no final todos os dossiês serão entregues ao Presidente da República; 4) A conselheira Rachel informou sobre a sua representação no Estado do Piauí referente ao Dia Nacional de Luta contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e o protesto havido sobre a morte dos sete meninos que estavam em celas sub-humanas, além do protesto pelas ocorrências que tem acontecido naquele Estado; 5) O Presidente Nilmário informou sobre a reunião havida com representantes das empresas públicas e privadas para apresentação dos programas da SPDCA, sensibilizando-os para doação de recursos ao FNCA em especial para o atendimento socioeducativo. O Presidente informou ainda as negociações para parceria com a Itaipu, sobre o andamento das Conferências Estaduais dos Direitos Humanos e sobre Proposta de Criação do Sistema Nacional dos Direitos Humanos; 6) A conselheira Meyre informou sobre a Conferência Nacional do Esporte a realiza-se no período de dezesseis à dezoito de julho; 7) A conselheira Maria Izabel

informou sobre a reunião da Conaeti que tratou da mudança da portaria Nº 20 e que foi definido pela maioria que não há elementos para avaliar as mudanças, que deverão ser aprofundadas outras atividades para inclui-las na Portaria, desde que não mude os princípios que a nortearam. A conselheira informou também que o Regimento Interno da Confederação Brasileira de Futebol dispendo sobre adolescentes até quinze anos para atuarem como "gandula" nos campos de Futebol e propôs que o Conanda enviase correspondência à CBF com parecer para o cumprimento da legislação. Com relação ao Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil a conselheira salientou que ainda não há data definida para o seu lançamento. A conselheira informou que representou o Conanda em São Bernardo do Campo em atividade sobre o Trabalho Infantil. O Vice-Presidente informou sobre sua participação no Encontro da Andí com os Conselhos Estaduais dos Direitos, a sua participação na Comissão Julgadora dos Projetos Prefeito Amigo da Criança da Fundação Abrinq, na cidade de São Paulo e sobre a sua participação na reunião de Cúpula do Semi-Árido pela Criança a ser realizado no próximo dia dezessete de junho; 10) A conselheira Marta irá participar no dia vinte e quatro de junho, na cidade de São Paulo do Seminário sobre municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto promovido pela Fundação Abrinq. Nada mais havendo a tratar, o Vice Presidente encerrou a Assembléia. E para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Vice Presidente do Conanda.

  
José Fernando da Silva  
Vice Presidente do CONANDA